



Desafios e estratégias para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do Brasil

Challenges and strategies for sustainable and inclusive development in Brazil



Entrevista com o ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, **RUI COSTA**

Rui Costa

Economista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Iniciou sua trajetória como sindicalista, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT) na Bahia, foi vereador de Salvador, secretário do governo baiano, deputado federal e governador da Bahia por dois mandatos (2015-2022). Atualmente, a convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República.



[Revista do TCU] Ministro, a sua larga experiência nos Poderes Legislativo e Executivo o credenciou ao cargo que ocupa atualmente. Sabemos que o ministro-chefe da Casa Civil deve ser alguém com uma ampla visão dos problemas do Brasil e com alta capacidade de buscar soluções criativas e sustentáveis em prol do desenvolvimento nacional. Essa experiência, aliada à sua formação como economista, certamente lhe favorece um olhar holístico do nosso país. Nesse contexto, qual é a sua visão sobre a importância de uma política pública da envergadura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)?

[Rui Costa] O Novo PAC nasceu do diálogo, do trabalho e da decisão de colocar o Brasil de pé. Nós vivenciamos anos de estagnação econômica, recessão, aumento do desemprego, aumento da inflação, aumento da taxa de juros e uma drástica redução da credibilidade do nosso país no cenário internacional. Tínhamos um cenário de destruição do meio ambiente, ecoando ao mundo notícias do aumento do desmatamento e o completo desrespeito ao meio ambiente. Encontramos um país com mais de 14 mil obras paralisadas. Esse foi o panorama encontrado pelo presidente Lula. E logo ao assumir o governo, a determinação que ele nos deu foi de retomar o Pacto Federativo e reconstruir o país. O Novo PAC nasce a partir desse contexto.

Reforço que uma política pública que envolve mais de R\$ 1 trilhão de investimentos, elaborada a partir do amplo diálogo com todos os governadores das 27 unidades federativas, vem para mudar de fato a realidade do país. É importante destacar que a transição ecológica e a responsabilidade ambiental são pontos transversais dessa política.

O Novo PAC oportunizará um Brasil muito mais eficiente. Queremos reduzir as desigualdades sociais e regionais, os custos de produção do setor privado, criar mais empregos, impulsionar investimentos privados de todas as cadeias produtivas, apoiar e ajudar a formar as futuras gerações, com educação profissional e oferta de escolas mais bem estruturadas. O Brasil não pode abrir mão de ser grande. E a missão desse programa é fazer o país dar certo.

[Revista do TCU] Ministro, o Brasil ainda enfrenta grandes desafios no combate à pobreza e à desigualdade social. Quais são as principais ações do Governo Federal para reduzir essas desigualdades, especialmente no contexto atual, e como o senhor vê o papel de programas sociais nesse processo?

[Rui Costa] O governo do presidente Lula se deparou com um Brasil afundado em desigualdades, atrasos e isolamento. É preciso dizer que as políticas sociais conquistadas anteriormente foram desmontadas. Reestabelecer direitos, restaurar condições dignas de vida, foi o primeiro e mais urgente compromisso assumido por este governo, além de voltar o olhar para quem era negligenciado na gestão anterior – e aqui estou falando de negros, indígenas, quilombolas, mulheres.

O maior programa de transferência de renda voltou para socorrer brasileiros e brasileiras que mais precisam. É renda para as famílias em situação de pobreza, é uma política pública estruturante que integra outras políticas também superimportantes. O papel de programas sociais bem estruturados é promover justiça social, inclusão com direitos, segurança alimentar, emprego, saúde. São ações do governo para que os brasileiros e as brasileiras possam acreditar no futuro e para que se enxerguem como parte dessa construção conjunta. Com fome, não há como se pensar no



▶▶▶ O papel de programas sociais bem estruturados é promover justiça social, inclusão com direitos, segurança alimentar, emprego, saúde.



amanhã. Então, eu diria que o Bolsa Família é um grande alicerce para as mudanças urgentes e ponte para um futuro melhor a essas famílias em situação tão vulnerável.

E posso garantir que as políticas, os programas que colocamos de pé e lançamos foram todos estruturados a partir do combate às desigualdades e para que o Brasil e os brasileiros tivessem mais oportunidades. Cito aqui, novamente, o Novo PAC, um programa com grandes projetos de infraestrutura, com o fortalecimento de energias limpas, mas também com creches para que as mães deste país possam trabalhar e deixar seus filhos em segurança, com oportunidade de cultura e lazer para jovens de periferia. O nosso país precisa da indução do Estado. Alavancar emprego, renda e melhorar a vida das pessoas é a razão deste governo.

[Revista do TCU] Em um momento em que a democracia tem sido discutida globalmente, como o Governo Federal está trabalhando para fortalecer as instituições democráticas e garantir a defesa dos princípios democráticos no Brasil?

[Rui Costa] Com diálogo e respeito! O governo passado, infelizmente, colocou em xeque a democracia e a soberania nacional. Vimos o Brasil ter sua posição rebaixada perante o mundo, transformando-se em um país isolado, com portas fechadas para diálogos. O presidente Lula assumiu o compromisso da reinserção global do Brasil na defesa da democracia. E, claro, essa tarefa precisa começar “dentro de casa”, porque não há democracia enquanto brasileiras e brasileiros continuarem a ser agredidos moral e fisicamente, não há democracia sem liberdade de imprensa, não há democracia com intolerância religiosa, racismo. São desafios profundos que o nosso governo tem enfrentado com muita determinação.



O Estado democrático de direito é respeitado e orienta a nossa forma de governar. Lula escolheu como slogan de seu governo “União e Reconstrução”, e unir o Brasil significa unir os diferentes. Para isso, não precisamos anular ideias nem passar por cima de ninguém. Unir significa intensificar o debate, buscar sínteses, buscar consensos. Também fortalecemos a democracia brasileira com a retomada do processo coletivo e participativo de construção de políticas públicas por meio da restauração de todas as instâncias de participação social extintas pelo governo passado, aprimorando sua composição e fortalecendo sua institucionalidade. Respeitamos os Poderes, respeitamos o resultado das urnas, respeitamos os brasileiros.

[Revista do TCU] Sabemos que a transparência e o controle são fundamentais para a boa governança. Como o senhor avalia a relação entre a Casa Civil e o TCU, e de que maneira essa articulação pode contribuir para o aprimoramento da gestão pública?

[Rui Costa] A Casa Civil e o Governo Federal como um todo mantêm, felizmente, uma ótima relação com o Tribunal de Contas da União. Desde que assumimos, em janeiro de 2023, procuramos um diálogo com o TCU que nos possibilitasse atuar de forma preventiva. Essa colaboração permitiu que pudéssemos trabalhar, ainda no primeiro ano de governo, de forma proativa, enviando ao Tribunal consultas que nos deram mais segurança na renegociação de contratos com base nas diretrizes definidas pela Corte de Contas – de maneira que nós enxergamos o Tribunal de Contas da União como um parceiro que aponta soluções e que não se limita a apontar falhas.

A melhoria da gestão pública se dá por meio de uma série de medidas, sejam elas institucionais – aprimorando o marco legal, garantindo maior responsabilidade dos atores públicos e dos agentes econômicos –, mas também no dia a dia da Administração – tomando decisões céleres e eficientes. O diálogo institucional entre TCU e o governo brasileiro não só permite que as funções de controle sejam plenamente exercidas, mas também que possamos destravar ações, ativar obras que irão trazer benefícios na geração de emprego, no desenvolvimento das cadeias produtivas e, na ponta, na melhoria das condições de vida da sociedade.

Aproveito, até mesmo, a oportunidade para saudar a iniciativa do Tribunal de Contas da União por criar espaços de conciliação para que possamos destravar acordos – aqueles contratos e projetos que apresentam problema na sua execução – e garantir a devida governança e segurança jurídica.

[Revista do TCU] O Brasil tem enfrentado desafios econômicos significativos nos últimos anos. Como o senhor, na qualidade de economista e ministro-chefe da Casa Civil, enxerga as estratégias do governo para promover o crescimento econômico sustentável, ao mesmo tempo em que se mantém o equilíbrio fiscal?

[Rui Costa] O Governo Federal está empenhado em mudar essa realidade desigual que grande parte das famílias brasileiras enfrenta. O Novo PAC, como eu disse antes, faz parte desse esforço. E os resultados já começam a aparecer; basta analisarmos os dados que demonstram a queda, mês a mês, do desemprego, o aumento de investimentos – tanto da iniciativa privada quanto por meio de PPPs –, a retomada de empreendimentos e de programas importantes para o país.



Estamos incentivando, por meio do Estado brasileiro, o desenvolvimento da indústria e das cadeias produtivas nacionais. A Nova Indústria Brasil, lançada no início deste ano, tem como missões, dentre outras, a ampliação das cadeias agroindustriais sustentáveis e a promoção de melhorias nos setores de infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade de forma sustentável.

E tudo isso sem haver quebra dos compromissos fiscais. O equilíbrio das contas públicas e o aprimoramento do gasto público são absolutamente fundamentais. O presidente Lula tem reforçado, a cada oportunidade, esse compromisso e o respeito com o limite orçamentário. Temos o cuidado e a responsabilidade de, durante a discussão de cada medida ou política de benefício à sociedade brasileira, cobrar a apresentação, por parte do ministro que trouxe a proposta, da origem da receita que deverá para compensar aquela despesa.

[Revista do TCU] A articulação entre o Executivo e os demais poderes é essencial para a governabilidade. Como o senhor avalia o relacionamento atual entre o Governo Federal e o Congresso Nacional, e quais são as principais áreas de cooperação entre os dois poderes?

[Rui Costa] Eu creio que nós conseguimos retomar o ritmo de normalidade entre os Poderes que foi rompido no período anterior. Pudemos demonstrar o vigor da democracia brasileira ao reagirmos, juntos, aos ataques de 8 de janeiro de 2023, e afirmamos, de forma uníssona, que o Brasil nunca mais aceitará arroubos autoritários. O Congresso Nacional tem cumprido o seu papel na votação e aprovação de propostas importantes para o país, e nós, felizmente, estamos mantendo um nível de diálogo muito próspero, que já se refletiu no encaminhamento de legislações importantes para a economia brasileira, a exemplo da histórica promulgação da Reforma Tributária.

Com relação às principais áreas de cooperação, eu vejo uma sinergia muito grande na agenda econômica, social e de enfrentamento aos efeitos dos eventos climáticos extremos. Junto com o Judiciário, nós assinamos, em agosto deste ano, o Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes, que tem por objetivo fortalecer a posição do Brasil como protagonista global no campo da segurança ambiental, climática e alimentar, considerando a biodiversidade, os recursos naturais e a produção agrícola do país.

No mês de outubro, o presidente Lula sancionou a Lei do Combustível do Futuro, que irá estimular a promoção da mobilidade sustentável com ênfase na descarbonização, consolidando o Brasil como líder na transição energética global. Serão R\$ 260 bilhões em investimentos.

E assim como esses, temos vários outros exemplos de proposições aprovadas a partir do diálogo, do respeito e do entendimento. Veja que são propostas que, além de pavimentarem um caminho no rumo certo – da transformação energética –, também incentivam o setor produtivo e contribuem para o desenvolvimento econômico sustentável do país.

[Revista do TCU] O senhor teve uma trajetória marcante como governador da Bahia e agora assume um papel de grande relevância no Governo Federal. Que legado o senhor espera deixar como ministro-chefe da Casa Civil, especialmente em relação ao desenvolvimento e à modernização do Brasil?



[Rui Costa] Nenhum trabalho na Esplanada dos Ministérios é feito individualmente, de forma que considero que o legado que ficará após 2026 é o legado conquistado por todo o “time” do Governo Federal. Felizmente, após um período difícil de reconstrução e retomada, nós já estamos vendo os resultados, com a vida do povo melhorando e o retorno ao caminho certo por meio do direcionamento das políticas e projetos mais importantes para o país.

Cuidar das pessoas é o nosso foco e, portanto, se conseguirmos devolver todos os direitos que foram retirados dos cidadãos brasileiros e garantir melhor qualidade de vida e oportunidades iguais, já poderemos dizer que fomos um governo exitoso.

Estamos trabalhando intensamente para deixar prontos e bem encaminhados diversos empreendimentos por meio do Novo PAC, que vão mudar a vida das pessoas, trazendo benefícios nas áreas da educação, saúde, segurança, infraestrutura social, inclusão digital, saneamento básico, e em muitas outras.

Queremos também proporcionar importantes avanços por meio da modernização de regulamentos, leis e demais medidas institucionais que permitam o incentivo econômico e o desenvolvimento do país. Além, é claro, do nosso compromisso com a transição energética, que será exemplo para o mundo, com a descarbonização do país, com as respostas aos desafios das mudanças climáticas – reforçando a Amazônia brasileira como um importante símbolo da sustentabilidade global –, e com o desenvolvimento regional, reduzindo as desigualdades e assimetrias registradas hoje em regiões menos favorecidas, como Norte e Nordeste.